

A TRANSFORMAÇÃO MUNDIAL e a ressurreição russa do século XXI

José Luís Fiori

“A Rússia foi ignorada durante os anos 1990. Os líderes ocidentais deram por assentado que os dias da Rússia como grande potência haviam acabado, e seus interesses já não precisavam ser levados em conta, mesmo quando importantes decisões de política externa tivessem que ser tomadas”.

David McNabb, “Vladimir Putin and Russia’s Imperial Revival”, New York, CRC Press, 2016, p. 9.

A história da Rússia pode lida – sem exagero – como uma sucessão interminável de grandes “invasões estrangeiras”, seguidas de longas grandes “guerras de reconquista” e processos de reconstrução nacional, tão rápidos quanto surpreendentes. O próprio nascimento da Rússia foi obra das invasões Vikings dos séculos VIII e IX. Mas, sem dúvida alguma, foram as invasões teutônicas e mongóis do século XIII que deixaram a marca mais profunda e duradoura na história e na identidade do povo russo. Foi naquele mesmo momento que começou o processo secular de reconquista e formação do território russo, a partir da vitória de Alexander Nevsky, em 1242, sobre os Cavaleiros Teutônicos, que haviam invadido a Rússia a partir do ocidente. Uma “longa marcha” que retomou seu caminho na direção do oriente, durante os séculos XV e XVI, sob a liderança de Ivan III, o “Grande” (1440-1505), e de Ivan IV, o “Terrível” (1530-1584), que reconquistaram os territórios russos, sob domínio mongol, dos Kanatos de Kazan e Astrakhan. Foi nesse mesmo período que se consolidou o poder do Grão-Ducado de Moscou, que viria a ser o núcleo original do Estado russo, que se expandiu de forma quase contínua, a partir do século XVII, até transformar-se no maior império territorial do século XIX e no maior Estado nacional do século XX.

Primeiro, a Rússia expandiu-se na direção da Ásia, depois, na direção do Báltico e do Mar Negro, e finalmente na direção da Europa Central, aonde chegou após derrotar seus invasores suecos, na Grande Guerra do Norte (1700-1721), que consagrou a Rússia como a mais nova “potência europeia”, e seu vitorioso Imperador, Pedro, o Grande (1672-1725), como responsável pela “europeização” da sociedade e da cultura russas. Como contrapartida, desde o século XVIII, a Rússia enfrentou o desafio de proteger – simultaneamente – suas fronteiras ocidentais e orientais, cada vez mais extensas e vulneráveis. Seguiu-se uma história de vitórias e derrotas que foram consolidando uma identidade nacional russa extremamente bélica e defensiva. Foi o caso da Guerra dos Sete Anos, entre 1756 e 1763; da Guerra contra o Império Turco-Otomano, entre 1768

e 1792; da guerra contra a França de Napoleão Bonaparte, entre 1812 e 1815; da Guerra da Crimeia, contra uma coalisão anglo-francesa, entre 1853 e 1856; da nova guerra contra o Império Turco-Otomano, entre 1868 e 1888; e da guerra contra o Japão, em 1904. Logo depois, começou a I Guerra Mundial, em 1914, na qual a Rússia voltou a ocupar lugar central, até o momento de sua Revolução Soviética, em 1917, que se prolongou até 1921, na forma de uma Guerra Civil, com forte intervenção estrangeira, contra o governo e as forças soviéticas. E uma vez mais, na II Guerra Mundial, a Rússia voltou a derrotar as tropas alemãs que invadiram seu território, numa luta que se estendeu de 1941 a 1945 e matou mais de 20 milhões de russos. E Depois disso, já em 1946, a URSS foi transformada no principal inimigo da Aliança Atlântica, liderada pelos EUA, durante toda a Guerra Fria, e até a dissolução da própria URSS, em dezembro de 1991.

Depois de cada uma dessas guerras, a Rússia voltou a se reconstruir e a retomar seu lugar como grande potência europeia. Mas este fenômeno adquiriu uma dimensão extraordinária, depois da I Guerra Mundial, da Revolução de Outubro e da Guerra Civil, que deixaram atrás de si um rastro de destruição e miséria dentro do território russo. Apesar disso, só 15 anos depois, a URSS já havia se transformado na potência econômica, industrial e militar que foi capaz de enfrentar e vencer as tropas nazistas que invadiram seu território, derrotando-as definitivamente, na grande Batalha de Berlim, de 1945. Durante a Iª G.M, o território, a população e a economia russas voltaram a ser arrasados, mas apenas 12 anos depois, em outubro de 1957, a URSS lançou o primeiro satélite espacial do mundo, o Sputnik, que se transformou numa espécie de símbolo tecnológico do “milagre econômico” que transformou a URSS na segunda maior potência econômica,

Não houve “acordo de paz” depois do fim da Guerra Fria. Mas durante a década de 1990, o território, a população e a economia russos foram literalmente dizimados pelo avanço político e militar da OTAN sobre o Leste Europeu, e pelo ataque interno dos antigos burocratas soviéticos, que promoveram uma “privatização selvagem” do antigo Estado russo. Basta dizer que, em 1890, o Império Russo tinha 22.400.000 Km² e 130 milhões de habitantes; no século XX, durante o período soviético, o território russo manteve o mesmo tamanho, mas sua população chegou aos 300 milhões de habitantes. Hoje, depois da destruição da década de 1990, o território russo foi parcialmente retaliado e reduzido a 17.075.200 Km², e sua população diminuiu para 152 milhões de habitantes, tendo perdido a Rússia, portanto, cerca de 5.000.000 de Km² e aproximadamente 140 milhões de habitantes em apenas uma década, e sem nenhum tipo de bombardeio ou guerra tradicional. Esta destruição, junto com a recusa de qualquer tipo de ajuda financeira por parte das potências atlânticas, durante a década de 90, pesaram decisivamente na vitória eleitoral de Vladimir Putin, no ano 2000, e na decisão do seu primeiro governo, entre 2000 e 2004, de resgatar o nacionalismo russo e retomar seu caminho tradicional de reconstrução da economia russa a partir de uma forte liderança estatal. Tanto Vladimir Putin quanto seu sucessor, Dmitri Medvedev, e de novo Putin, mantiveram a opção russa dos anos 90, por uma economia capitalista, mas reorganizaram radicalmente o seu Estado central e seu complexo militar-industrial, e estatizaram a maior parte de suas gigantescas

empresas de exploração e exportação de petróleo e gás. E, ao mesmo tempo, redefiniram a doutrina militar russa dos anos 90, deixando claro às potências atlânticas que estavam dispostos – a partir dali – a utilizar seu arsenal atômico em caso de necessidade, para defender suas fronteiras e sua soberania nacional. Depois disto, em 2008, na Guerra da Geórgia, a Rússia deu uma primeira demonstração de que não aceitaria mais a expansão indiscriminada da OTAN na direção de suas fronteiras. Mais à frente, incorporou o território da Crimeia, como resposta à intervenção euro-americana na Ucrânia, em 2014, para, finalmente, em 2015, fazer sua primeira intervenção militar vitoriosa fora de suas fronteiras, na guerra da Síria. Ou seja, uma vez mais, 15 anos depois do gigantesco colapso da União Soviética, a velha Rússia retomou seu caminho histórico, refez sua economia, deu um salto tecnológico no campo militar e eletrônico-informacional, assumiu o controle de seus recursos minerais e energéticos, e voltou a ocupar seu lugar entre as grandes potências militares do sistema internacional. Transformou-se, ao mesmo tempo, numa ponte indispensável entre o mundo Atlântico e o novo centro dinâmico do capitalismo mundial, situado no Pacífico e na Ásia, e dentro de todo o território envolvido pelo abraço estratégico da Organização para a Cooperação de Xangai, e pelo abraço econômico do projeto chinês, do *“one road, one belt”*.

Apesar de tudo, existe um ponto nesta nova ressurreição russa que permanece como incógnita: como foi que a Rússia voltou a ser também o inimigo principal das potências atlânticas, em tão pouco tempo, e depois de tantas transformações? Quase o mesmo lugar que havia sido ocupado pela União Soviética, depois do fim da II Guerra Mundial e durante toda a Guerra Fria. Naquele período, a URSS liderava um projeto internacionalista que ameaçava os valores fundamentais da sociedade liberal e capitalista, enquanto que a Rússia de hoje é um país capitalista que segue uma cartilha rigorosamente nacionalista e conservadora, adotando uma posição geopolítica realista e pouco ideológica – o oposto, portanto, do que foi a URSS no século XX. Apesar disso, nesse momento a Rússia já foi colocada de volta no lugar que havia sido destinado à sua antecessora, dentro do jogo geopolítico mundial. Como explicar este fenômeno, se descartarmos a hipótese ridícula e pueril de que a Rússia esteja sendo castigada por sua suposta intervenção nas eleições norte-americanas, coisa aliás que os EUA costumam fazer regularmente em todos os países que consideram de seu interesse estratégico?

Para responder a esta pergunta, sugerimos uma hipótese a partir da teoria da guerra de Carl von Clausewitz (1780-1830) e, em particular, de sua tese sobre a importância da “dissimetria entre as ações ofensivas e defensivas”, numa guerra entre dois países desiguais, do ponto de vista de seu poder econômico e militar. Para Clausewitz, “ataque” e “defesa” são duas ações e estratégias de natureza inteiramente diferentes, ainda que sejam complementares e indissociáveis, não existindo a possibilidade de que duas forças opostas e assimétricas se ataquem simultaneamente. Nesse tipo de enfrentamento, cabe ao lado mais fraco adotar uma estratégia defensiva que seja capaz de paralisar a superioridade e a confiança do adversário, criando uma situação de empate ou de trégua, que pode se transformar numa paz mais ou menos duradoura. Exatamente aquilo que ocorreu na relação entre os EUA e a URSS, durante a Guerra

Fria, ou pelo menos até a década de 1980. E, do nosso ponto de vista, é isto também que está ocorrendo de novo, na relação entre a Rússia e as potências atlânticas, neste início do século XXI. Ou seja, mesmo sem portar a bandeira libertária do socialismo internacionalista defendido pela URSS no século XX, a “Nova Rússia”, capitalista, conservadora, nacionalista e fortemente influenciada pelo cristianismo ortodoxo, mesmo sem querê-lo, mas empurrada pela força estrutural da luta pelo poder internacional, já se transformou na liderança-objetivo e na “proteção” militar de todos os povos que se oponham, neste momento, ao exercício arbitrário do poder militar global dos EUA.

Agosto de 2017